

# CAUSA INSTRUMENTAL E A DUPLA FINALIDADE DO ARTEFATO \*

(Instrumental cause and the dual purpose of the artifact)

Paulo Oliveira Nishihara \*\*

**Resumo:** A chamada questão da técnica considera o estatuto ontológico do ente que deve sua origem ao engenho humano. Ela remete à imbricação entre ente artificial e ente natural. Essa relação encontra uma formalização conceitual muito sofisticada em Tomás de Aquino. A determinação da essência do instrumento é geralmente buscada em sua finalidade. Ora, no opúsculo *Princípios da natureza*, Tomás distingue uma dupla finalidade do ente artificial, a saber, um fim do processo produtivo e um fim do produto, também dito uso. Aqui se trata de determinar em que medida esta segunda finalidade se relaciona com a noção de causa instrumental, proposta por Tomás para explicar a natureza do sacramento na Terceira Parte da *Suma de Teologia*.

**Palavras-chave:** filosofia da natureza; técnica; Tomás de Aquino; causa final; causa instrumental.

**Abstract:** The so-called question of technology regards the ontological status of the being whose origin derives from human ingenuity. It refers to the interweaving of artificial being and natural being. Thomas Aquinas provides a very sophisticated conceptualization for this relation. The essence of the instrument is often determined by its purpose. Now, in *Principii Naturae* Aquinas points out two purposes in the artificial being, i.e., the purpose of the production process and the purpose of the product itself, also known as use. This paper aims to demonstrate the relation between the purpose of the product and the notion of instrumental cause, proposed by Aquinas to explain the nature of the sacrament in the Third Part of *Summa Theologica*.

**Keywords:** philosophy of nature; technology; Thomas Aquinas; final cause; instrumental cause.

---

\* Artigo de conclusão de curso de especialização em Filosofia Patrística e Escolástica apresentado à Faculdade de São Bento -SP em agosto de 2013.

\*\* Graduado em Letras (USP). Especialista em Filosofia (Faculdade de São Bento-SP). Revisor de texto. Contato: ponish@ibest.com.br

## ***1. Ente artificial e ente natural***

A consideração da práxis humana passa pela filosofia da natureza. Queremos com isso dizer que a investigação sobre as coisas naturais subjaz à investigação sobre as relações que mantemos com as coisas em geral. Isso fica claro quando tomamos um artefato e consideramos o processo de sua produção. O mundo se apresenta mediante o que é necessário mobilizar para a produção. A razão, o ente por natureza e o ente por arte se encontram. Considerar a fabricação do martelo nos remete aos próprios processos naturais que a precedem ou mesmo que lhe são concomitantes. O material de que é feito o martelo é movido pela ação do homem até a figura do martelo segundo um movimento natural, a saber, a fusão. O metal funde quando aquecido, permitindo que o artífice o forje segundo a figura do martelo. A fusão do metal a certa temperatura, exigida para a fabricação do martelo, é natural. Pronto, ele é usado como um amplificador da força do braço do homem que golpeia. Engana-se assim quem imagina que a operação do homem sobre a coisa da natureza visando ao artefato escapa ao que é próprio à natureza. A natureza se revela mesmo no que não é natural. Ela é aquilo do qual o homem parte. O engano decorre de uma noção demasiado estreita do que é a natureza e do alcance e vigência de seus princípios.

Tanto os antigos quanto os medievais concebiam a ciência da natureza como ciência do movimento. A natureza como objeto teórico era o ente na medida em que está submetido ao movimento. Imagine-se a abrangência disso. Tudo quanto o olhar humano abarca com apenas uma visada parece, portanto enquadrar-se nesta descrição do objeto da ciência interessada na natureza. Não é preciso nem viável no momento discutir os inconvenientes da falta de especialização dessa concepção, mesmo porque superada pela esforçada e crescente especialização atual do conhecimento. Mas nos parece que essa abrangência *já superada* ainda possa lançar alguma luz sobre problemas que a ramificação das ciências é incapaz de abordar justamente por lhe faltar a distância segura de quem contempla o todo. Os problemas aludidos se reúnem contemporaneamente sob a conhecida questão da técnica, celebrizada por Martin

Heidegger, que já fazia notar a imbricação entre ente natural e ente artificial ao referir, por exemplo, a central hidrelétrica posta no Reno <sup>1</sup>.

No prólogo a seu comentário à *Ética Nicomaqueia*, citando Aristóteles, Tomás de Aquino diz que o próprio da razão é conhecer a ordem. A ordem é a noção característica da ampla abordagem medieval da coisa. Logo em seguida, Tomás distingue quatro modos por que se pode referir a razão à ordem, dos quais se destacam dois: *ordo quem ratio non facit, sed solum considerat*, a saber, a ordem das coisas naturais; e *ordo quem ratio considerando facit in exterioribus rebus, quarum ipsa est causa*, a saber, a ordem das coisas artificiais. Essa distinção é fundamental para que possamos explicar a especificidade da noção de finalidade nas coisas que são por arte, na medida em que estas se relacionam com as coisas que são por natureza.

Analisar isto que é um instrumento constitui uma espécie de atalho heurístico na medida em que no instrumento estão reunidas aquelas duas ordens de coisas – a ordem das coisas que a razão apenas considera e a ordem das coisas que a razão, considerando, também faz fora de si. A experiência mostra que o conhecimento desta última ordem parece maior que o da primeira. O acesso ao mundo a partir do instrumento é o que aqui se tenta <sup>2</sup>. O instrumento é uma noção central no mundo contemporâneo, que não à toa foi definido como um mundo da técnica, isto é, da preponderância da técnica como mediadora da relação do homem com o homem e com as coisas. A técnica é a marca mesma do humano no mundo. Retomar as reflexões medievais sobre a causalidade aristotélica é uma tentativa de voltar aos fundamentos.

## 2. Dupla finalidade do artefato

A fim de apreender a ordem da natureza a partir da ordem do artefato – a natureza *no* artefato –, nos detenhemos em algumas passagens do opúsculo *Principii naturae*. Nele Tomás se serve de vários exemplos que envolvem artefatos para explicar os elementos da física aristotélica. Um desses exemplos é o da faca, que se encontra no capítulo III:

Sed tamen causa videtur addere supra principium communiter dictum, quia id quod est primum, sive consequatur esse posterius sive non, potest dici principium, sicut faber dicitur principium cultelli, ut ex eius operatione est esse cultelli.

<sup>1</sup> HEIDEGGER, M. *A questão da técnica*, p. 382.

<sup>2</sup> HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*, § 18.

O fabricante aí é posto como princípio da faca na medida em que “o ser da faca é a partir de sua operação”. Quer dizer que a matéria ferro passa a ser a forma faca pela operação do fabricante sobre a matéria ferro. Pergunta-se ao artífice para quê ele molda o ferro – para fazer uma faca. E ainda uma vez pergunta-se a ele para quê fazer uma faca – para ter com o que cortar o pão. Num primeiro momento o fabricante, operando sobre a matéria ferro, intende extrair dela a forma faca, que é, portanto o fim de sua operação. Mas quem opera sobre a matéria ferro para dela extrair a forma faca só opera em vista do uso que quer dar ao operado. Ou seja, tem-se um outro fim depois do fim da operação. Tomás esclarece isso no capítulo IV:

Sed duplex est finis, scilicet finis generationis, et finis rei generatae: sicut patet in generatione cultelli. Forma enim cultelli est finis generationis; sed incidere, quod est operatio cultelli, est finis ipsius generati, scilicet cultelli.

Pode-se dizer que o fim da matéria ferro que recebe a forma faca é a forma faca. Tomás distingue-o como *fim da geração*. Pois isso que é a passagem da matéria ferro à forma faca é um movimento, e todo movimento é para um fim. Este princípio é facilmente explicado se entendermos que o fim é “aquilo para que” algo é atualizado a partir de sua potencialidade. Mas outro também é dito fim, pois cortar é o fim da forma faca ou – conforme Tomás – o *fim da coisa gerada*. O fim da forma faca é um outro em relação à forma faca, como cortar é diferente da coisa com que se corta. Pois o fim do instrumento como coisa gerada é a operação, mas a forma mesma do instrumento é o fim da geração.

### **3. Ordem e causalidade**

Perguntar da essência de algo, para os medievais, na tradição aristotélica, era perguntar da ordem. E a ordem é uma espécie de relação. Aliás, a relação das relações, pois é a relação pela qual algo é: a relação *do ser* ou *para o ser*. Assim é que o ente, nessa perspectiva, se dá numa relação. Ordenar-se é estar voltado para uma direção. A ordem do ser é aquela cujo fim é o próprio ser. O termo *ser* pode ser aí entendido como “ato de ser” ou como a própria causa primeira. Segundo o binômio potência e ato, o fim da ordem do ser é atualizar uma potência. Ou seja: a direção para a qual o ente está voltado, segundo a ordem, é a direção do movimento.

A passagem ao ser pensada figurativamente como um caminho vai do indeterminado para o determinado. É uma via da determinação. Ser é agir, isto é, a essência é atualizada pela operação: é sobre esta igualdade que Aristóteles elabora sua ontologia. Constatado isso, resta percorrer os passos que levam da variedade de coisas e estados para a igualdade fundadora. Esses passos correspondem, na solução aristotélica, ao esquema quaternário das causas. *Aquilo de que, aquilo que, aquilo pelo que e aquilo para que* se enfeixam na unidade da coisa. A unidade das quatro causas, do intrínseco com o extrínseco, é a estabilidade que chamamos coisa, isto em que se junta o heterogêneo. Heterogêneo, pois matéria (*aquilo de que*) e forma (*aquilo que*) não apenas *estão* na coisa, como *são* a coisa; ao passo que o eficiente (*aquilo pelo que*) e o fim (*aquilo para que*) não são a coisa nem nela estão. Por isso se diz das duas primeiras que são causas intrínsecas e das duas últimas que são causas extrínsecas<sup>3</sup>.

A causalidade é regida pela ordem de um elemento a outro na direção do fim. Pensa-se equivocadamente no esquema quádruplo das causas como um esquema a que falta o dinamismo próprio do vivo. Mas a própria ordem é movimento, descritiva da passagem das coisas ao ser. Pois os elementos, quando aplicados ao mais trivial dos exemplos, mostram ser relativos e, como tais, os mais adequados à descrição dos processos naturais, de geração e corrupção. As quatro causas são constantes de uma ordem variável na qual o que varia é a coisa conforme suas relações. Posteriormente a noção de causalidade se reduzirá, ao menos vulgarmente, à eficiente, com o ocaso da causa final. Mas a sustentação da causa sob a razão de quatro é a garantia do dinamismo intrínseco ao concreto que vai além do mecanicismo moderno.

No esquema quádruplo da causalidade evidencia-se o primado da causa final em vista de sua relação com as demais causas, e essa preeminência consiste em sua capacidade de *determinar* as demais causas: ela determina todas e por nenhuma delas é determinada. Entretanto deve ficar claro que determinar não é o mesmo que causar. Significa isso que ela não é causa disso que é o eficiente ou disso que é a forma, mas que ela faz o eficiente ser eficiente, a forma ser forma e a matéria ser matéria. Pois é em vista do fim que o agente age e, agindo, dá forma à matéria, de modo que se diz que tanto a matéria recebe forma quanto a forma aperfeiçoa a matéria *pelo fim*, porque tanto uma recebe quanto a outra aperfeiçoa na medida em que são atuadas pelo agente,

---

<sup>3</sup> AQUINO, T. *Principii Naturae*, III.

que por sua vez age em vista do fim <sup>4</sup>. Matéria e forma dependem uma da outra e ambas dependem do agente, cuja ação é determinada pelo fim. A matéria, a forma e o eficiente são o que são pelo fim, mas o fim mesmo é o que é por si mesmo. A ele nada se segue como fundamento de ser porque ela é a última razão, por isso mesmo o que é último se dá sob a razão de fim. Vejam-se agora as consequências disso para a própria definição da coisa.

#### ***4. Fatura e instrumentalidade***

A faca pode ser definida como coisa com que se corta. Note-se que dissemos “coisa *com que se corta*”, e não “coisa *que corta*”, pois quem corta é aquele que se serve da coisa com que se corta. Adiante a importância dessa diferença se evidenciará. Mas assim o que se faz é definir a faca segundo seu uso, pois “com que” indica instrumentalidade. Ela é definida segundo o fim do gerado e, no entanto, já era faca como fim da geração. A faca é coisa, não qualquer coisa, mas coisa com que se corta. Ao gênero “coisa” é adicionada a espécie “com que se corta”: das coisas férreas, a faca é a coisa férrea com que se corta. Convém deter-se sobre isso que especifica a faca. “Com que se corta”, que é a instrumentalidade da faca, indica uma potência. O que significa que a forma faca contém a potência de cortar. Mas é necessário que o homem faça uso da faca. Fazer uso da faca é senão operar com a faca, isto é, atualizar sua potência de cortar.

Temos, portanto dois: o fim da geração, que é a própria forma faca, e o fim da coisa gerada, que é o uso de cortar da forma faca. Mas eu posso dar outros usos à faca além do de cortar. Por exemplo, posso cavar um buraco com a faca. Importa, portanto separar, quanto à faca, duas operações: *a fatura da faca do uso da faca*. A diferença se verifica claramente na precedência temporal da operação de fabricar em relação à operação de usar. Na fabricação da faca, opera-se sobre a matéria ferro a fim de se obter a forma faca. No uso da faca para cortar o pão, opera-se segundo a potencialidade de cortar dada na fabricação da faca.

A faca é, portanto potencialidade tanto do ferro quanto do *ferro moldado* antes do uso. Só a operação de cortar o pão com a forma faca em ato atualiza a forma faca como coisa com que se corta. O fim da coisa gerada é atualizado pelo uso que se faz do fim da geração já atualizado. Aliás, a própria matéria ferro em relação à forma faca é, em si mesma, forma ferro. Isto é, a

---

<sup>4</sup> AQUINO, T. *Principii Naturae*, IV.

matéria ferro é a forma natural ferro e a forma artificial faca é a forma accidental faca da forma natural ferro. A esse respeito Tomás faz duas afirmações importantíssimas ainda no fim do capítulo I:

Omnes enim formae artificiales sunt accidentales. Ars enim non operatur nisi supra id quod iam constitutum est in esse perfecto a natura.

Toda forma artificial é accidental, porque àquilo a que advém a forma artificial já está em ato. A arte só opera sobre o que já é. A forma artificial é uma forma accidental de uma forma natural. Esse é um passo fundamental da exposição de Tomás. O fabricante da faca opera sobre uma forma perfeita por natureza, isto é, o ferro é a *forma* ferro, estando já em ato quando o fabricante o toma para fazer a faca. A forma artificial faca é acrescentada à forma natural ferro. Aquilo que seria matéria da forma acrescentada já está em ato, fazendo da forma acrescentada uma forma accidental, porque o acidente incide no que está em ato. Em vista disso, também se diz que a forma accidental faca é acrescentada à forma substancial ferro. O ser do ferro não depende do ser da faca, mas o ser da faca depende do ser do ferro. A faca vista como forma accidental do ferro, conceituando a dependência do ente por arte em relação ao ente por natureza, também explica a dupla finalidade no ente por arte. Pois a não coincidência do fim da geração com o fim do gerado – causa ou origem da instrumentalidade – decorre da accidentalidade da forma artificial. Tomás oferece outra distinção esclarecedora a esse propósito:

Sed duplex est accidens: scilicet necessarium, quod non separatur a re, ut risibile hominis; et non necessarium, quod separatur, ut album ab homine.

Nem todo acidente é necessário. A instrumentalidade – que é o uso que vou dar à faca, ou o fim do gerado – não é necessária, uma vez que posso tomar o ferro e moldá-lo segundo a figura de uma faca e, no entanto não lhe dar o uso esperado de faca. Assim provavelmente procede um colecionador de facas que adquira uma genuína *Laguiole*<sup>5</sup>. Nem toda faca fabricada para cortar pão necessariamente é utilizada para cortar pão; muitas são utilizadas para ferir o homem, por exemplo. Cortar o pão e cortar o homem é o mesmo quanto à atualização da *potência de cortar*

---

<sup>5</sup> Pequena faca fabricada artesanalmente no interior da França, na cidade de Laguiole, região tradicional da cutelaria francesa.

*da forma faca*. Mas claramente diferem muito quanto ao resultado da atualização. Pois tanto cortar o pão quanto ferir o homem atualizam a faca como coisa com que se corta. Pergunta-se se no último caso a faca deixa de ser faca e passa a ser arma, ao menos no que diz respeito à finalidade do gerado. Afinal, ela foi *usada como arma* pelo homem que fere o homem. Vejamos outro caso.

Posso tomar esta forma faca e, em vez de cortar o pão, cavar um buraco na terra. Nesse caso, a operação de cavar um buraco com a forma faca em ato atualiza a forma faca como coisa com que se cava. A faca passa a ser cavador. Logo, a forma faca está em potência para a forma cavador. Mas essa potencialidade diz respeito à faca ou ao ferro? Pois um instrumento cavador adequado pode ser feito de ferro. O ferro é um material propício para servir de cavador. Ou seja, o ferro está em potência para a forma cavador. Dissemos “adequado” antecipando a questão que segue.

Pois se dirá que o *melhor uso* da forma faca coincide com o fim em vista do qual a matéria ferro foi atualizada à forma faca. Muitos podem ser os fins de uma coisa dados pelo homem. Mas o melhor fim é sempre aquele dado pelo homem quando da produção da coisa. Ou seja, o *melhor uso*, que é o melhor fim, consiste na coincidência do fim da coisa gerada – que é o fim que se dá à coisa “pronta” – com o fim da geração – que é aquilo a que se visava quando o fabricante se pôs a trabalhar o ferro. A noção de “melhor” toma sua medida da comparação das operações posteriores da coisa gerada com a geração da coisa. Isso é também empiricamente verificável, pois cavar com uma pá é melhor que cavar com uma faca, posto que a forma pá foi gerada em vista do fim de cavar. Ou seja, a noção hierárquica de “melhor” é também uma noção hierárquica fundada na experiência. Nos casos aludidos a forma faca permanece independentemente das finalidades alternativas à que nela foi inscrita em sua fatura às quais lhe destino. Nem toda faca fabricada para cortar pão necessariamente é utilizada para cortar pão – como dissemos – e, no entanto *toda faca fabricada para cortar pão necessariamente é fabricada para cortar pão*. Eis o fundamento apriorístico do melhor uso ou da determinação da instrumentalidade pela fatura.



## 5. A origem da forma artificial

Mas imaginemos então as origens da produção técnica/artística do homem a fim de encontrar a origem da forma faca. Como dito, a forma faca é um acidente da forma ferro. A faca é uma potencialidade do ferro. Mas não qualquer potencialidade. O ferro não pode vir a ser faca por si. Nada há na forma ferro que demande o advento da forma faca. Por isso as distinções anteriormente feitas a partir das quais a faca foi caracterizada como *forma accidental não necessária da forma natural ferro*.

O fabricante da faca considera a forma ferro e dela abstrai algumas qualidades convenientes a um fim que quer lhe dar. Esse fim é aquilo que designamos uso, ou instrumentalidade. A maleabilidade da forma ferro permite que ela seja moldada segundo uma figura predeterminada pelo fabricante, mas ao mesmo tempo certa dureza é necessária para que a coisa com ele moldada possa resistir quando atritada ao pão ou à madeira a ponto de rompê-los. A razão no fabricante considera uma forma da natureza e, a partir do que considera, faz, conforme a definição dada no início: *ordo quem ratio considerando facit in exterioribus rebus, quarum ipsa est causa*. Trata-se de uma ordem produzida no mundo (*exterioribus rebus*) pela razão que considera (*ratio considerando*). Não nos esqueçamos que Tomás disse que pertence à razão conhecer a ordem. A definição da razão pela ordem exige retomar o conceito de ordem: a razão seria a capacidade de ordenar as coisas tanto entre si quanto para um fim.

Supomos, pois, que a forma faca advinda à matéria ferro, como forma que é por arte do homem, advém do intelecto, isto é, tem nele sua origem; por isso é necessário que agora investiguemos como a forma faca advém ao intelecto, ou qual é a origem da *forma faca apreendida*. Pois a forma faca não é uma forma inata no intelecto humano. Uma é a forma da coisa, pela qual ela é o que é, e outra é a forma apreendida da coisa, pela qual ela é apreendida pelo intelecto. A diferença evidencia-se pelo lugar onde cada uma delas se acha: a forma da coisa está na coisa, mas a forma apreendida da coisa está no intelecto que apreende a coisa. Apreender a coisa é receber sua forma segundo o modo de ser daquele que a recebe, no caso o intelecto. Pois o intelecto não recebe a própria coisa, e, portanto sua própria forma, mas a forma da coisa segundo o modo que é adequado ao intelecto, e esta é a forma apreendida. A coisa está no intelecto segundo um modo intelectual, isto é, a semelhança da coisa se acha no intelecto, e não a

coisa a mesma. Se o que estivesse no intelecto fosse a forma natural da pedra, a própria pedra estaria no intelecto, o que é absurdo. É preciso, portanto que a pedra esteja no intelecto que a capta sob um modo que não o da forma natural.

Mas de onde o intelecto daquele que inventou a faca apreendeu a faca se a faca não é uma forma natural no mundo a ser apreendida? Isto é, a faca não é encontrada no mundo, pronta, como a pedra.

A forma faca como forma accidental não necessária da forma natural ferro resulta da elaboração do intelecto que considera o ente natural ferro e julga que ele, conforme suas características sensíveis, é adequado a um certo uso que intende lhe dar. A consideração das características sensíveis do ente natural ferro é uma operação do intelecto que compõe e divide. Explica-se: o intelecto separa do ente ferro aquilo que nele parece convir a um uso; a estimativa da conveniência, por sua vez, se dá pela comparação do fim dado no uso com algo do ferro; ora, comparar é aproximar dois ou mais em busca da unidade sob algum aspecto, sendo a unidade sob algum aspecto uma unidade composta. Assim, a forma faca decorre do considerado pelo intelecto, que a concebe a partir de algo no mundo, no caso, do ente natural ferro e da necessidade que o uso visado vem suprir. A forma faca é a unidade composta do ente ferro e da necessidade identificada sob o uso a que o ente ferro se presta.

Ao ente ferro comparado com as exigências de certo uso e considerado adequado para atender a elas se segue um modelo na mente do fabricante daquilo que há de ser no mundo uma faca, mas que, antes da fabricação, é senão a ideia da faca. Mas a ideia não como princípio de conhecimento, pelo qual reconhecimento entre vários objetos isto que é uma faca comparando-a com a ideia que tenho em minha mente do que é uma faca – antes como princípio de ser, pelo qual faço de uma porção desfigurada de ferro a figura de uma faca.

Proponhamos uma definição provisória do artefato segundo a descrição dada da interação entre homem e mundo a partir da qual ele vem a ser: *o artefato tem tal natureza que nele aquilo que o homem apreende a partir do mundo é devolvido ao mundo segundo a natureza e as necessidades do homem no mundo*. Trata-se agora de explicar esta definição. O artefato é um ente no qual está aquilo que o homem apreende a partir do mundo. Entenda-se aí o caráter accidental daquilo que o homem põe no ente natural; assim, o ente de que se fala é o ente natural a que é adicionado algo pelo homem, como dissemos. Aquilo que o homem apreende a partir do mundo é – no caso da fabricação do artefato – ordenado às suas necessidades próprias de homem. De

alguma maneira a natureza do homem regula a consideração do ente natural pelo homem. Pensemos no homem que considera o ente natural ferro ingenuamente, por assim dizer, ou seja, antes de lhe ocorrer a possibilidade de um uso qualquer do ferro. Ele apreende as qualidades do ferro quando o olha, quando o toca e quando o cheira, distinguindo o ferro, por exemplo, da palha, simplesmente pela visão, pelo tato e pelo olfato. O homem pode aprofundar sua pesquisa a respeito do ferro e fazer com ele alguns experimentos já em vista das qualidades apreendidas pelos sentidos e pelo intelecto. Poderá concluir então que o ferro oxida se submetido prolongadamente à umidade ou que amolece se submetido a uma determinada elevação de temperatura.

Mas este homem que toma contato com o ente ferro é ele mesmo um ente no mundo e do mundo. Também ele tem certas qualidades que determinam nele certas necessidades. Considerar o ente natural ferro procurando derivar dele um uso é considerá-lo a partir das necessidades atendidas pelo uso visado. Ou seja, o uso traz em si mesmo as necessidades do homem que o tem em mente. As necessidades do homem se traduzem no uso que o homem intenta dar a um ente qualquer.

## ***6. A noção de causa instrumental***

Cabe aqui um truísmo dificilmente assimilado pelos homens: o problema não está nas coisas em si mesmas, mas no uso que fazemos delas. Entretanto – o que vimos expondo – a própria concepção do artefato é determinada pela consideração da razão regulada pela natureza do homem. Imagine-se um artífice que é também um homem imoral. O uso para o qual um artefato é concebido pode ser imoral; assim, a concepção mesma do artefato está moralmente comprometida com o mal.

Mas o homem que faz uso da forma faca para matar o homem em vez de cortar o pão não altera a natureza da forma faca, pois que a forma faca mate não implica que a forma faca mata segundo algo em sua forma. Ela não foi concebida para matar. Matar é um efeito accidental e, portanto contingente do ato de cortar. O que determina se cortar é matar é aquilo que é cortado, ou seja, algo externo à forma faca. Lembre-se a distinção entre extrínseco e intrínseco e a

definição da causa eficiente como causa extrínseca: a forma faca não corta por si mesma, ou seja, ela é movida por outro.

Se a forma faca pode ser definida por sua potência de cortar e sua potência de cortar é atualizada ou cortando o pão ou cortando o homem, ela permanece em si mesma faca *mesmo se usada como arma*. Como *causa instrumental* da morte do homem, a forma faca mata (é causa eficiente da morte) na medida em que é movida por um movimento do homem como agente (causa eficiente) principal. A potência de cortar da forma faca, como potência de cortar, é indiferente ao que é cortado. Na Terceira Parte da *Suma de Teologia*, Tomás introduz explicitamente a noção de causa instrumental quando se detém sobre a natureza do sacramento e sua relação com a graça:

Causa vero instrumentalis non agit per virtutem suae formae, sed solum per motum quo movetur a principali agente. Unde effectus non assimilatur instrumento, sed principali agenti, sicut lectus non assimilatur securi, sed arti quae est in mente artificis <sup>6</sup>.

“A causa instrumental não age por virtude [força, poder] de sua forma, mas apenas pelo movimento pelo qual é movida pelo agente principal”: que a potência de cortar da forma faca venha a ferir o homem é determinado pelo uso. Portanto *a determinação do efeito* não depende principalmente da forma faca, na medida em que a forma faca não é movida a cortar por si mesma, mas do agente que a move. O que a constitui causa instrumental é não ser ela a origem do movimento, de maneira que o ato não é atribuído ao instrumento.<sup>7</sup> Por conseguinte é necessário procurar a origem do movimento em outro.

A semelhança é princípio de conhecimento porque também e primeiramente é princípio de ser. Num exame mais breve concluímos que isto é causa daquilo pela semelhança disto com aquilo. O efeito ser semelhante à causa segue-se de o semelhante produzir o semelhante. Isso é óbvio quando se pensa no homem que gera o homem ou no cavalo que gera o cavalo. Estes são exemplos de geração natural. Mas Tomás também fala em geração artificial, na atuação do homem sobre os entes naturais: “Donde que o efeito não é semelhante ao instrumento, mas ao agente principal, como o leito não é semelhante ao machado, mas à arte que está na mente do artífice”. A semelhança do artefato não é encontrada naquilo *com que* o artífice faz o artefato vir

---

<sup>6</sup> *STh.*, IIIa., Q. 62, art 1.

<sup>7</sup> *STh.*, Ia. IIae., Q. 16, art. 1.

a ser, mas na arte que está na mente do artífice, portanto, no artífice mesmo. Entenda-se semelhança como propriedade daquilo que se dá sob um aspecto, daquilo que se oferece à vista, ou sob uma *species*. Algo é dito semelhante quando com ele se mostra um outro que não ele. O rosto do filho é semelhante ao rosto do pai porque mostra, em alguma medida, o rosto do pai. Quem vê o rosto do filho vê, sob certo aspecto, o rosto do pai. Assim, o artífice, vendo a forma faca no mundo, vê a forma faca em sua mente. O que se faz é fundamentar a investigação da origem no dado da semelhança.

Pois já demonstramos que a origem da forma faca no mundo é a forma faca no intelecto do homem, por isso se diz que a forma faca é uma forma por arte do homem. A forma faca no mundo é semelhante à forma faca no intelecto, daí que a forma faca seja um efeito cuja causa é a arte no artífice. A fabricação da forma faca exigir *o uso da pedra para se moldar a matéria ferro* não implica que a forma faca tenha sua origem na pedra. Tanto que se poderia ter usado outro que não a pedra para se moldar a matéria ferro *em vista* da forma faca, mas não se pode prescindir o artífice na medida em que é ele que *visa* à forma faca. Da mesma maneira a morte do homem é o efeito cuja semelhança não pode ser encontrada na faca, porque o efeito de matar o homem *visado é visado* pelo homem. Assim a imputação do efeito – a morte do homem – não pode recair sobre a faca. A forma faca, se fere o homem de morte, não pode ser dita assassina (se se trata de um assassinato e não mera autodefesa), mas o homem que fere o homem *com a forma faca* pode ser dito assassino. Atente-se a que Tomás não considera a causa instrumental senão um tipo de causa eficiente, isto é, uma causa eficiente dependente de outra, dita causa eficiente principal:

Et ideo aliter dicedum, quod duplex est causa agens, principalis et instrumentalis <sup>8</sup>.

Não é a faca que mata, se com isso se quer dizer que se deve imputar-lhe o efeito da morte, ou seja, ela não é a causa eficiente principal. Entretanto é ela que perfura o corpo da vítima do golpe no que é movida pela causa eficiente principal. A faca assassina (é causa eficiente dependente do assassinato) se aquele que a empunha (causa eficiente principal do assassinato) é assassino e o dinheiro corrompe se aquele que dele se apodera é corruptor. Que Tomás tenha julgado necessário introduzir a noção de causa instrumental não nos parece

---

<sup>8</sup> *STh.*, IIIa., Q. 62, art 1.

suficiente para fazer dela propriamente uma quinta causa a ser somada ao esquema aristotélico original. A causa instrumental é uma divisão da causa eficiente, que Tomás diz ser dupla; é a causa eficiente dependente de outra causa eficiente. A noção de causa instrumental assinala a insuficiência de uma causa na causação de seu efeito, que é a dependência da ação da causa eficiente instrumental em relação à ação da causa eficiente principal.

É a faca que fere o homem, mas não o fere de si mesma. Não há na forma faca nada que a mova a ferir o homem nem, aliás, que a mova a cortar o pão. Ambos os efeitos são determinados pelo movimento (ação) do agente principal, no caso o homem. Entretanto o artefato em si mesmo, antes de ser movido, é, segundo sua forma, um ente natural determinado pela razão do artífice segundo a natureza do artífice. A *ratio considerando* considera a ordem natural do mundo a partir da natureza do artífice e da situação do artífice no mundo. Pois o homem imprime no artefato aquilo que ele é, na medida em que o artefato é expressão das necessidades do homem. A adição de uma forma accidental a uma forma natural é a determinação da forma natural por aquele que a ela adiciona a forma accidental.

A continuidade entre a causa eficiente instrumental e a causa eficiente principal faz daquela uma extensão desta. A causa instrumental aponta para a causa eficiente principal. Por isso a noção de causa instrumental explicita a dependência do ente artificial em relação à causa eficiente principal não apenas como causa eficiente. A própria finalidade do gerado lhe é conferida pelo agente. Note-se que a noção de causa instrumental se assenta sobre a diferença entre o fim da geração e o fim do gerado. A não coincidência do fim da geração com o fim do gerado pode fazer de uma faca uma arma. Ou seja, ter fabricado uma faca para cortar pão não assegura que ela será usada para cortar apenas pão. A discrepância entre o fim da geração e o fim do gerado vem a ser pela conversão do gerado em causa instrumental.

A causa instrumental parece se descolar da natureza do instrumento quando este é considerado em sua forma. Aquele que atenta à forma água não encontrará nela a graça que se atribui ao batismo. Semelhantemente aquele que atenta à forma faca não verá nela a destrutividade que se atribui ao assassinio. Que a virtude do efeito não possa ser encontrada na forma da causa instrumental indica aquela diferença entre o fim da geração e o fim do gerado. A forma aqui elegida como objeto de análise – a da faca – não corta o pão ou o homem por si porque não está inscrita em sua forma atualizar por si sua potência de cortar nem aquilo que cortar. Poder cortar inscreve-se em sua forma, de modo que quem move a faca, se considera sua

forma, a move para cortar, mas pode não movê-la ou movê-la à outra coisa. O caráter contingente da atualização da potência de cortar da forma faca deve-se ao fato de ser ela forma accidental, como dissemos. Que a faca possa cortar isso ou aquilo, ou que possa nem mesmo cortar, mas cavar indica certa indeterminação em sua forma. Isso quer dizer que o efeito que a forma faca vem a elicitar nunca pode ser completamente explicado por sua forma, pois tampouco pode ser *todo* atribuído a ela. A faca se constitui causa instrumental justamente por não conter em sua forma toda a virtude de seu efeito. No instrumento, afinal, não é entrevisto apenas o mundo, como ordem da natureza, do qual o instrumento é retirado, mas também ou principalmente o homem que daí o retira.

## Bibliografia

AQUINO, Tomás de. *Corpus Thomisticum Opera Omnia S. Thomae de Aquino*. Recognovit ac instruxit Enrique Alárcon automato electronico. Pamplona: Universidade de Navarra, 2000. Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. *The Summa Theologica of St. Thomas Aquinas*. Trad. dos Fathers of the English Dominican Province. Chicago: Encyclopaedia Britannica, Inc., 1952, 2 v.

GARDEIL, Henri-Dominique. *Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino: introdução, lógica, cosmologia*. São Paulo: Paulus, 2013.

\_\_\_\_\_. *Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino: psicologia, metafísica*. São Paulo: Paulus, 2013.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Trad. de Idalina Azevedo e Manuel António de Castro. São Paulo: Edições 70, 2010.

\_\_\_\_\_. A questão da técnica. Trad. de Marco Aurélio Werle. In: *Scientia Studia*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2000.